

# SÚMARIO

<b>CAPÍTULO 1</b>		
<b>A SEGURIDADE SOCIAL .....</b>	<b>21</b>	
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO .....	21	
2. ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL .....	22	
3. Questões de concursos.....	35	
<b>CAPÍTULO 2</b>		
<b>A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>37</b>	
1. A SEGURIDADE SOCIAL .....	37	
2. SAÚDE.....	38	
2.1. O Sistema Único de Saúde (SUS) .....	40	
2.1.1. Princípios do SUS .....	41	
2.1.2. Objetivos do SUS .....	42	
2.1.3. Atribuições do SUS.....	42	
2.1.4. Organização, Direção e Gestão do SUS.....	44	
2.1.5. Comissões intergestores. ....	49	
2.1.6. Financiamento do SUS.....	50	
2.1.7. Participação das instituições privadas no SUS.....	51	
2.1.8. Iniciativa privada na saúde .....	52	
2.1.9. Agentes comunitários de saúde .....	53	
3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	54	
3.1. Conceito e objetivos.....	54	
3.2. Princípios e diretrizes .....	56	
3.3. Organização e gestão .....	57	
3.4. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) .....	60	
3.5. Financiamento da assistência social.....	62	
3.6. Benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social .....	63	
3.6.1. Benefícios .....	63	
3.6.1.1. Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS) ....	63	
3.6.1.2. Benefícios eventuais.....	64	
3.6.2. Serviços .....	64	
3.6.3. Programas de assistência social .....	64	
3.6.4. Projetos de enfrentamento da pobreza .....	65	
4. A PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	65	
4.1. Regimes previdenciários.....	67	
4.1.1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS) .....	68	
4.1.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) .....	68	
4.1.3. Regime de Previdência Complementar .....	69	
5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA CAPÍTULO .....	70	
6. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	91	
<b>CAPÍTULO 3</b>		
<b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL .....</b>	<b>93</b>	
1. INTRODUÇÃO .....	93	
2. DA UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO .....	94	
3. DA UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS.....	94	
4. DA SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS .....	95	
5. DA IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS .....	96	
6. DA EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO CUSTEIO.....	98	

7. DA DIVERSIDADE DA BASE DE FINANCIAMENTO, IDENTIFICANDO-SE EM RUBRICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS PARA CADA ÁREA, AS RECEITAS E AS DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESERVADO O CARÁTER CONTRIBUTIVO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL...	99	e serviços às populações urbanas e rurais.....	112
8. DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DESCENTRALIZADA DA SEGURIDADE SOCIAL .....	100	10.6. Da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.....	112
8.1. O Conselho Nacional de Previdência (CNPS).....	100	10.7. Do caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados...	112
8.2. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) .....	102	11. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	114
8.3. O Conselho de Recursos da Previdência Social(CRPS) .....	104	12. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	116
9. OUTROS PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL .....	106	<b>CAPÍTULO 4</b>	
9.1 Da solidariedade.....	106	<b>A LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, SUA APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO .....</b>	<b>121</b>
9.2 Da solidariedade contributiva .....	107	1. CONCEITO.....	121
9.3 Da preexistência de custeio ou da precedência da fonte de custeio ou da contrapartida.....	107	2. AUTONOMIA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	123
9.4. Princípio da proibição da proteção insuficiente.....	108	3. FONTES DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .	124
9.5. Princípio da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial.....	108	4. APLICAÇÃO, VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	126
9.6. Princípio da proibição do retrocesso social.....	109	4.1. Aplicação da lei previdenciária no tempo e no espaço .....	126
9.7. Princípio da reserva do possível	109	4.2. Vigência da lei previdenciária ....	127
10. ALGUNS PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	109	4.3. Interpretação da norma previdenciária.....	128
10.1. Da recomposição monetária .....	109	4.4. Integração da lei previdenciária	130
10.2. Do valor mínimo .....	110	5. HIERARQUIA DAS NORMAS PREVIDENCIÁRIAS .....	131
10.3. Da preservação do valor real dos benefícios.....	110	6. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	134
10.4. Da universalidade de participação nos planos previdenciários.....	111	7. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	136
10.5. Da uniformidade e equivalência dos benefícios		<b>CAPÍTULO 5</b>	
		<b>O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS).....</b>	<b>137</b>
		1. INTRODUÇÃO.....	137
		2. OS BENEFICIÁRIOS DO RGPS .....	138
		2.1. Os segurados obrigatórios.....	139
		2.2. O segurado facultativo .....	139
		2.3. Os dependentes.....	140

3. DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL... 140	7. CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (CNIS)..... 201
4. O INSS (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL) ..... 141	8. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E ADMINISTRATIVAS..... 203
5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 154	8.1. Supremo Tribunal Federal (STF).. 203
<b>CAPÍTULO 6</b>	8.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 203
<b>OS SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)..... 155</b>	8.3. Da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) ..... 203
1. INTRODUÇÃO..... 155	8.4. Advocacia Geral da União (AGU) 204
2. SEGURADOS OBRIGATÓRIOS..... 155	9. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 205
2.1. Segurado empregado ..... 156	10. QUESTÕES DE CONCURSOS..... 221
2.2. Segurado empregado doméstico..... 163	<b>CAPÍTULO 7</b>
2.3. Segurado trabalhador avulso..... 164	<b>DA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADOS ..... 227</b>
2.3.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013)..... 166	1. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 239
2.3.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)..... 168	1.1. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) ..... 239
2.4. Segurado especial ..... 169	2. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 240
2.5. Segurado contribuinte individual..... 180	3. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 241
3. SEGURADO FACULTATIVO ..... 186	<b>CAPÍTULO 8</b>
4. OUTRAS DISPOSIÇÕES ACERCA DOS SEGURADOS ..... 189	<b>OS DEPENDENTES DO RGPS..... 245</b>
5. FILIAÇÃO ..... 192	1. OS DEPENDENTES..... 245
6. INSCRIÇÃO ..... 193	1.1. Primeira classe de dependentes ou classe preferencial:..... 247
6.1. Inscrição dos empregados ..... 193	1.2. Segunda classe de dependentes:..... 258
6.2. Inscrição do trabalhador avulso 193	1.3. Terceira classe de dependentes: 259
6.3. Inscrição do empregado doméstico..... 193	2. A INSCRIÇÃO DOS DEPENDENTES..... 260
6.3.1. SIMPLES DOMÉSTICO ..... 194	3. A PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTES ..... 261
6.4. Inscrição do contribuinte individual..... 195	4. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 266
6.5. Inscrição do segurado especial 196	4.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 266
6.5.1. Cadastro dos segurados especiais no CNIS..... 196	4.2. Turma nacional de uniformização de jurisprudência dos juizados especiais federais (TNU) ..... 266
6.6. Inscrição do segurado facultativo..... 200	

5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	267	6. ESTABILIDADE DO ACIDENTADO .....	332
6. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	271	7. O DIREITO DE REGRESSO DA PREVIDÊNCIA	333
<b>CAPÍTULO 9</b>		8. REPERCUSSÕES DO RECONHECIMENTO	
<b>DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS</b>		DO ACIDENTE DO TRABALHO.....	333
<b>PREVIDENCIÁRIOS – PERÍODO DE CARÊNCIA</b>		9. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	334
<b>– VALOR MENSAL – SALÁRIO DE BENEFÍCIO</b>		9.1. Supremo Tribunal Federal (STF)..	334
<b>– REAJUSTAMENTOS .....</b>	<b>273</b>	9.2. Tribunal Superior do Trabalho	
1. DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS .....	273	(TST).....	335
2. DA CARÊNCIA .....	274	10. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	336
2.1. Benefícios que exigem carência.	276	11. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	338
2.2. Benefícios que não exigem			
carência .....	280	<b>CAPÍTULO 11</b>	
3. DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO (SB).....	282	<b>DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....</b>	<b>341</b>
3.1. Situação após Reforma		1. DO AUXÍLIO POR INCAPACIDADE	
Previdenciária de 2019.....	283	TEMPORÁRIA.....	341
3.2. Situação anterior à Reforma		1.1. Fato gerador .....	342
Previdenciária de 2019.....	285	1.2. Da avaliação da incapacidade ...	343
4. DA RENDA MENSAL INICIAL DO		1.3. Carência.....	343
BENEFÍCIO (RMI) .....	292	1.4. Renda mensal inicial .....	346
4.1. Situação anterior à Reforma		1.4.1. Renda Mensal – atividades	
Previdenciária de 2019.....	293	concomitantes.....	348
4.2. Situação após Reforma		1.5. Data de início do benefício.....	349
Previdenciária de 2019.....	294	1.6. Modalidades de auxílio por	
5. DOS REAJUSTAMENTOS .....	305	incapacidade temporária .....	351
6. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	309	1.7. Suspensão do auxílio por	
6.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	309	incapacidade temporária .....	352
6.2. Da Turma Nacional		1.8. Cessação do benefício .....	353
de Uniformização de		1.9. Vedação de acúmulo com	
Jurisprudência dos Juizados		outros benefícios.....	354
Especiais Federais (TNU) .....	309	2. DO AUXÍLIO-ACIDENTE .....	357
7. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	311	2.1. Fato gerador .....	357
8. QUESTÕES DE CONCURSO.....	325	2.2. Segurados contemplados .....	358
<b>CAPÍTULO 10</b>		2.3. Natureza jurídica.....	359
<b>ACIDENTE DO TRABALHO.....</b>	<b>327</b>	2.4. Carência.....	359
1. INTRODUÇÃO .....	327	2.5. Renda mensal inicial – valor	
2. O ACIDENTE DO TRABALHO.....	327	inicial.....	359
3. ACIDENTE DO TRABALHO ATÍPICO .....	328	2.6. Data do início do benefício (DIB)	360
4. ACIDENTE DO TRABALHO POR		2.7. Modalidades de auxílio-	
EQUIPARAÇÃO .....	330	acidente.....	360
5. A COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO		2.8. Outras regras.....	360
TRABALHO (CAT) .....	331	2.9. Suspensão do benefício.....	361

2.10. Vedação de acúmulo com outros benefícios.....	362	6.5. Segurados contemplados .....	399
3. DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE .....	365	6.6. Financiamento da aposentadoria especial .....	400
3.1. Fato gerador .....	366	6.7. Renda mensal inicial – valor inicial.....	400
3.2. Carência.....	367	6.8. Data de início do benefício (DIB)	402
3.3. Renda mensal inicial .....	369	6.9. Conversão de tempos especiais .....	403
3.4. Data de início do benefício.....	371	6.10. Da cessação .....	404
3.5. Modalidades de aposentadoria por incapacidade permanente .....	373	6.11. Vedação de acúmulo com outros benefícios.....	405
3.6. Suspensão da aposentadoria por incapacidade permanente ..	374	7. REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS.....	408
3.7. Cessação do benefício .....	375	7.1. Regra de transição I – aposentadoria por idade .....	408
3.8. Outras regras.....	377	7.2. Regra de transição II – sistema de pontuação .....	410
3.9. Vedação de acúmulo com outros benefícios.....	377	7.3. Regra de transição III – idade mínima.....	414
4. APOSENTADORIA PROGRAMADA E APOSENTADORIA PROGRAMADA DO PROFESSOR .....	381	7.4. Regra de transição IV – pedágio de 50% .....	417
4.1. Fato gerador .....	383	7.5. Regra de transição V – pedágio de 100% .....	420
4.1.1. da aposentadoria programada	383	7.6. Regra de transição VI – da aposentadoria especial .....	422
4.1.2. da aposentadoria programada do professor .....	384	8. APOSENTADORIA DO TRABALHADOR RURAL E DO GARIMPEIRO.....	424
4.2. Carência.....	386	8.1. Trabalhador rural.....	424
4.3. Renda mensal inicial – valor inicial.....	386	8.2. Fato gerador .....	424
4.4. Data de início do benefício (DIB)	388	8.3. Carência.....	427
4.5. Cessação do benefício .....	388	8.4. Renda mensal inicial – valor inicial.....	427
4.6. Vedação de acúmulo com outros benefícios.....	388	8.5. Aposentadoria por idade híbrida .....	427
4.7. Do rompimento do vínculo do empregado público .....	390	9. APOSENTADORIA PARA OS SEGURADOS COM DEFICIÊNCIA.....	428
5. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA PARA EMPREGADOS DE ESTATAIS.....	392	9.1. Introdução .....	428
6. APOSENTADORIA ESPECIAL .....	392	9.2. Segurado com deficiência.....	429
6.1. Requisitos .....	393	9.3. Tipos de aposentadorias para o segurado com deficiência .....	430
6.2. Natureza jurídica da aposentadoria especial .....	395		
6.3. Agentes nocivos .....	396		
6.4. Uso de equipamento de proteção individual .....	398		

9.3.1. Aposentadoria por tempo de contribuição ...	430	11.7. Da extensão da licença-maternidade .....	455
9.3.1.1. Possibilidades de conversão de tempo.....	431	11.8. Vedação de acúmulo com outros benefícios.....	456
9.3.2. Aposentadoria por idade	433	12. PENSÃO POR MORTE .....	460
9.4. Carência.....	433	12.1. Fato gerador .....	460
9.5. Renda Mensal Inicial.....	434	12.2. Beneficiários.....	461
9.6. Data de início do benefício (DIB)	434	12.3. Carência.....	464
9.7. Vedação de acúmulo com outros benefícios.....	434	12.4. Renda mensal inicial (RMI).....	464
9.8. Outras questões.....	436	12.5. Data de início do benefício (DIB)	466
10. SALÁRIO-FAMÍLIA.....	438	12.6. Perda do direito à pensão por morte .....	467
10.1. Requisitos .....	438	12.7. Aplicação da lei previdenciária..	467
10.2. Segurados contemplados .....	439	12.8. Cessação da pensão .....	468
10.3. Carência.....	439	12.9. Outras questões importantes.....	470
10.4. Valor do benefício .....	439	12.10. Acumula�o de pensões e aposentadorias.....	470
10.5. Data de início do benefício (DIB)	441	13. AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	476
10.6. Cessa�o.....	441	13.1. Fato gerador .....	476
10.7. Outros pontos importantes.....	441	13.2. Beneficiário .....	478
11. SALÁRIO-MATERNIDADE.....	443	13.3. Carência.....	481
11.1. Fato gerador .....	443	13.4. Renda mensal inicial .....	481
11.1.1. Parto .....	443	13.5. Data de início do benefício (DIB)	481
11.1.2. Ado�o e guarda judicial para fins de ado�o de criança.....	444	13.6. Suspensão do benefício.....	482
11.1.3. Aborto não criminoso .....	445	13.7. Cessa�o do benefício .....	483
11.1.4. Morte de cônjuge/companheiro(a) que fazia jus ao s�lario-maternidade – s�lario-maternidade complementar .....	445	13.8. Outras questões acerca do auxílio-reclusão .....	485
11.1.5. Exercício de atividades insalubres – super s�lario-maternidade .....	447	14. ABONO ANUAL .....	487
11.2. Seguradas contempladas.....	450	15. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	488
11.3. Carência.....	451	15.1. Supremo Tribunal Federal (STF)..	488
11.4. Renda mensal inicial .....	452	15.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	488
11.5. Do período do benefício.....	454	15.3. Turma Nacional de Uniformiza�o de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) .....	489
11.6. Do pagamento do s�lario-maternidade .....	455	15.4. Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	491
		16. LEGISLA�O RELACIONADA AO CAPÍTULO..	493
		17. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	527

**CAPÍTULO 12**

**REABILITAÇÃO PROFISSIONAL ..... 539**

1. INTRODUÇÃO..... 539
2. DO SERVIÇO SOCIAL..... 539
3. DA HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL ..... 540
4. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 544
5. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 547

**CAPÍTULO 13**

**QUESTÕES GERAIS SOBRE BENEFÍCIOS ..... 549**

1. ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS ..... 549
2. DO RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO..... 556
3. DA JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA ..... 558
4. DA CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DA COMPENSAÇÃO ENTRE OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS..... 560
  - 4.1. Da contagem recíproca ..... 560
  - 4.2. Da compensação financeira entre os regimes previdenciários..... 564
5. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS..... 565
  - 5.1. Decadência ..... 566
  - 5.2. Prescrição ..... 568
6. REAFIRMAÇÃO DA DER (DATA DA ENTRADA DO REQUERIMENTO) ..... 569
7. CONCESSÃO DO MELHOR BENEFÍCIO..... 569
8. OUTRAS DISPOSIÇÕES ACERCA DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS..... 569
9. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 572
  - 9.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 572
  - 9.2. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) ..... 572
10. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 573
11. QUESTÕES de CONCURSOS..... 583

**CAPÍTULO 14**

**A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS ..... 585**

1. AS AÇÕES PROPOSTAS PELOS BENEFICIÁRIOS CONTRA A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA (INSS)..... 585
  - 1.1. Competência da Justiça Federal. 585
  - 1.2. Juizados Especiais Federais ..... 586
  - 1.3. Competência delegada ..... 586
  - 1.4. Competência absoluta da Justiça Estadual ..... 588
  - 1.5. Ações relativas a benefícios por incapacidade ..... 589
  - 1.6. Ações de mandado de segurança ..... 590
2. AÇÕES REGRESSIVAS ..... 590
3. AS AÇÕES CONTRA OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PREVIDENCIÁRIOS..... 591
4. EXECUÇÃO FISCAL ..... 591
  - 4.1. Execução fiscal das contribuições da seguridade social..... 591
  - 4.2. Cobrança de créditos previdenciários promovidos pelo INSS..... 592
5. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. 593
6. QUESTÕES IMPORTANTES..... 598
  - 6.1. Prévio ingresso do pedido de benefícios na via administrativa 598
  - 6.2. Intervenção do Ministério Público ..... 598
  - 6.3. Gratuidade da justiça. Prioridade de tramitação dos feitos..... 598
7. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 599
  - 7.1. Supremo Tribunal Federal (STF).. 599
  - 7.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 599
  - 7.3. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) ..... 600
  - 7.4. Superior Tribunal do Trabalho (TST)..... 600

8. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	601	<b>CAPÍTULO 16</b>	
9. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	604	<b>AS EMPRESAS E ENTIDADES EQUIPARADAS</b>	
		<b>E OS EMPREGADORES .....</b>	<b>625</b>
<b>CAPÍTULO 15</b>		1. INTRODUÇÃO .....	625
<b>DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL....</b>	<b>605</b>	2. EMPRESAS .....	625
1. INTRODUÇÃO .....	605	3. ENTIDADES EQUIPARADAS A EMPRESAS....	626
2. AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA		4. EMPREGADOR DOMÉSTICO .....	627
SEGURIDADE SOCIAL.....	606	5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	630
2.1. Natureza jurídica.....	606	6. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	631
2.2. Criação das contribuições		<b>CAPÍTULO 17</b>	
sociais da seguridade social .....	607	<b>SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....</b>	<b>633</b>
2.3. As contribuições previdenciárias	609	1. INTRODUÇÃO .....	633
2.4. Contribuições não		2. CONCEITO.....	633
previdenciárias.....	610	3. LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO DO	
2.4.1. O PIS.....	611	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO .....	636
2.4.2. A COFINS.....	613	4. PARCELAS INTEGRANTES E NÃO	
2.4.3. A contribuição social		INTEGRANTES DO SALÁRIO DE	
sobre o lucro – CSSL.....	614	CONTRIBUIÇÃO .....	637
3. OUTRAS DISPOSIÇÕES		4.1. Parcelas integrantes do	
CONSTITUCIONAIS ACERCA DA		salário de contribuição .....	637
SEGURIDADE SOCIAL.....	615	4.2. Parcelas não integrantes do	
3.1. Alíquota e base de		salário de contribuição .....	641
cálculo diferenciadas das		5. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES....	653
contribuições sociais .....	615	5.1. Supremo Tribunal Federal (STF)..	653
3.2. Remissão ou anistia das		5.2. Superior Tribunal De Justiça (STJ)	653
contribuições sociais .....	616	5.3. Turma Nacional de	
3.3. Do parcelamento e da		Uniformização de	
moratória das contribuições		Jurisprudência Dos Juizados	
previdenciárias.....	616	Especiais Federais (TNU) .....	653
3.4. Da não cumulatividade das		5.4. Tribunal Superior Do Trabalho	
contribuições sociais da		(TST).....	654
Seguridade Social .....	617	6. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	655
3.5. Contratação com o poder		7. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	662
público.....	617		
3.6. Imunidade das contribuições		<b>CAPÍTULO 18</b>	
sociais da Seguridade Social .....	617	<b>A CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS .....</b>	<b>665</b>
3.7. Contribuição previdenciária		1. INTRODUÇÃO .....	665
mínima do segurado .....	618	2. A CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADO E	
4. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES....	619	DO TRABALHADOR AVULSO .....	665
4.1. Supremo Tribunal Federal (STF)..	619	2.1. A contribuição previdenciária	
4.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	619	dos empregados e	
5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	620		
6. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	623		



trabalhadores avulsos após a reforma previdenciária de 2019.	665	8.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	686
2.2. A responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária.....	667	8.3. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) .....	686
3. CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADO DOMÉSTICO.....	668	8.4. Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	686
3.1. A contribuição previdenciária dos empregados domésticos após a reforma previdenciária de 2019.....	668	9. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	687
3.2. A responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária.....	670	10. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....	692
4. CONTRIBUIÇÃO DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL .....	670	<b>CAPÍTULO 19</b>	
4.1. Contribuinte individual que exerce atividade por conta própria ou presta serviço à pessoa física.....	671	<b>CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO E DAS EMPRESAS .....</b>	<b>695</b>
4.2. Condutor autônomo de veículo rodoviário .....	672	1. INTRODUÇÃO.....	695
4.3. Contribuinte individual que presta serviço a pessoas jurídicas (empresas ou equiparadas) .....	672	2. DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO.....	696
4.4. Contribuinte individual – regime de inclusão previdenciária.....	674	3. DA CONTRIBUIÇÃO BÁSICA DAS EMPRESAS INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E AVULSOS .....	697
4.5. O microempreendedor individual (MEI).....	675	4. CONTRIBUIÇÃO DO SAT OU GILRAT.....	699
5. CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO FACULTATIVO .....	677	5. A CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL DO GILRAT PARA O FINANCIAMENTO DAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS .....	702
5.1. A contribuição básica .....	677	6. CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E EQUIPARADAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS .....	704
5.2. Contribuição no regime especial de inclusão previdenciária.....	677	7. CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO.....	706
5.3. O caso das donas de casa .....	677	8. CONTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	707
6. DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL.....	678	9. CONTRIBUIÇÃO SUBSTITUTIVA DA PARTE PATRONAL.....	709
7. COMPLEMENTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS.....	681	9.1. A associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.....	709
8. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	686	9.2. Produtor rural pessoa física .....	710
8.1. Supremo Tribunal Federal (STF)..	686	9.3. O consórcio de produtores rurais .....	712
		9.4. Produtor rural pessoa jurídica ...	713
		9.5. As agroindústrias .....	714
		10. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	715

10.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 715	3. GRUPO ECONÔMICO ..... 757
11. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 716	4. OS PRODUTORES RURAIS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO DE PRODUTORES RURAIS . 757
12. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 728	5. O OPERADOR PORTUÁRIO E O ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA ..... 757
<b>CAPÍTULO 20</b>	6. OS ADMINISTRADORES PÚBLICOS ..... 758
<b>RETENÇÃO DE 11% SOBRE O VALOR DA NOTA FISCAL OU FATURA DE SERVIÇOS..... 729</b>	7. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 758
1. INTRODUÇÃO..... 729	7.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 758
2. SÚMULA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES ..... 733	8. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 759
2.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 733	
3. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 734	<b>CAPÍTULO 24</b>
4. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 735	<b>DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ..... 761</b>
<b>CAPÍTULO 21</b>	1. INTRODUÇÃO..... 761
<b>PRAZOS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... 737</b>	2. FOLHA DE PAGAMENTO ..... 761
1. PRAZOS DE RECOLHIMENTO..... 737	3. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL..... 762
2. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES FORA DO PRAZO PREVISTO PELA LEGISLAÇÃO..... 740	4. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES..... 762
2.1. A multa de mora..... 740	5. GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL (GFIP) ..... 763
2.2. Juros de mora ..... 741	6. INSCRIÇÃO DOS SEGURADOS ..... 764
2.3. Multas de ofício ..... 742	7. DA RETENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS E DEMAIS ENTIDADES.... 764
2.3.1. Redução das multas de ofício ..... 742	8. RELAÇÃO DE HABITE-SE ..... 765
3. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 745	9. REGISTRO DE ÓBITOS..... 765
4. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 745	10. OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ..... 766
<b>CAPÍTULO 22</b>	11. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 767
<b>DAS OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL 747</b>	11.1. Supremo Tribunal Federal (STF).. 767
1. INTRODUÇÃO..... 747	11.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 767
2. DAS RECEITAS DA UNIÃO ..... 747	12. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 768
3. DAS RECEITAS DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ..... 747	<b>CAPÍTULO 25</b>
3.1. Da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos..... 747	<b>CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO ..... 771</b>
4. DAS RECEITAS DE OUTRAS FONTES ..... 749	1. INTRODUÇÃO..... 771
5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 751	2. HIPÓTESES DE EXIGIBILIDADE DA CND ..... 772
6. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 752	3. HIPÓTESES DE DISPENSA DA CND ..... 775
<b>CAPÍTULO 23</b>	4. CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITO NEGATIVO..... 776
<b>DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA..... 755</b>	5. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ..... 776
1. INTRODUÇÃO..... 755	6. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 776
2. OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL..... 755	6.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ) 776
	7. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 777
	8. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 779

**CAPÍTULO 26**

**RESTITUIÇÃO, COMPENSAÇÃO E REEMBOLSO .... 781**

- 1. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO..... 781
- 2. REEMBOLSO DE PAGAMENTO..... 782
- 3. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 783

**CAPÍTULO 27**

**COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DO INSS ..... 785**

- 1. COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL..... 785
- 2. COMPETÊNCIA DO INSS ..... 786
- 3. PROGRAMA PARA ANÁLISE DE BENEFÍCIOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE ..... 789
- 4. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 791
  - 4.1. Supremo Tribunal Federal (STF).. 791
- 5. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 792

**CAPÍTULO 28**

**DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES ..... 797**

- 1. DECADÊNCIA PARA CONSTITUIR OS CRÉDITOS DA SEGURIDADE SOCIAL ..... 797
- 2. PRESCRIÇÃO..... 799
- 3. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES..... 800
  - 3.1. Supremo Tribunal Federal (STF).. 800
- 4. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO.. 801
- 5. QUESTÕES DE CONCURSOS ..... 802

**CAPÍTULO 29**

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS ..... 805**

- 1. INTRODUÇÃO..... 805
- 2. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ..... 805
- 3. REGRAS COMUNS AOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ..... 807
  - 3.1. Aposentadorias ..... 808
    - 3.1.1. Aposentadoria compulsória ..... 810
    - 3.1.2. Aposentadoria por incapacidade permanente ..... 811

- 3.1.3. Aposentadorias especiais..... 812

- 3.1.4. Aposentadorias voluntárias ..... 815

- 3.2. Abono de permanência em serviço ..... 815

- 3.3. Custeio dos regimes próprios de previdência social..... 816

- 3.4. Extinção de regime próprio de previdência social..... 816

- 3.5. Pensão por morte ..... 817

- 3.6. Da acumulação de pensão por morte com outros benefícios ..... 818

- 4. NORMAS SOBRE APOSENTADORIAS E PENSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO ANTERIORES A REFORMA PREVIDENCIÁRIA DE 2019..... 820

- 4.1. Aposentadorias voluntárias..... 821

- 4.1.1. Aposentadoria por idade 821

- 4.1.2. Aposentadoria por tempo de contribuição ... 822

- 4.1.3. A aposentadoria dos professores..... 823

- 4.2. Aposentadoria especial ..... 824

- 4.2.1 A aposentadoria do servidor policial civil ..... 826

- 4.3. Valor das aposentadorias ..... 827

- 4.4. Regras de transição para as aposentadorias dos servidores. 828

- 4.4.1. Regras de transição para as aposentadorias de servidores que ingressaram no serviço público antes da promulgação da EC nº 41/2003 ..... 828

- 4.4.1.1. Servidores com direito adquirido..... 829

- 4.4.1.2. Servidores sem direito adquirido..... 829

4.5. A pensão por morte do servidor .....	831	4.1. 1ª Regra de transição – sistema de pontuação e idade mínima .....	869
5. REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....	833	4.2. 2ª Regra de transição – pedágio de 100% .....	874
6. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	834	4.3. 3ª Regra de transição – aposentadoria especial .....	876
6.1. Supremo Tribunal Federal – STF..	834	4.4. 4ª Regra de transição – aposentadoria dos policiais .....	877
6.2. Turma Nacional de Jurisprudência Dos Juizados Especiais Federais – TNU .....	835	5. DO ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO .....	879
7. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	836	6. PENSÃO POR MORTE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL .....	880
8. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	842	6.1. Beneficiários.....	881
<b>CAPÍTULO 30</b>		6.2. Do valor da pensão por morte..	882
<b>REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .....</b>	<b>845</b>	6.3. Perda e cessação da pensão por morte do servidor.....	885
1. INTRODUÇÃO .....	845	6.4. Acumulação de pensões e aposentadorias.....	889
2. DIREITO ADQUIRIDO.....	846	7. DO CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL .....	894
3. DAS APOSENTADORIAS .....	847	8. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	897
3.1. Aposentadoria por incapacidade permanente .....	849	<b>CAPÍTULO 31</b>	
3.2. Aposentadoria compulsória .....	853	<b>A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....</b>	<b>915</b>
3.3. Aposentadoria voluntária .....	855	1. INTRODUÇÃO.....	915
3.3.1. Requisitos.....	856	2. CONCEITO.....	915
3.3.2. Valor da aposentadoria voluntária .....	858	3. CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	916
3.4. Aposentadorias especiais.....	860	4. SUJEITOS DA RELAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPLEMENTAR .....	917
3.4.1. Aposentadoria do servidor público federal com deficiência ..	861	5. DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DAS ENTIDADES FECHADAS E ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....	918
3.4.1.1. Aposentadoria por tempo de contribuição ...	861	6. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA FECHADA E SEUS BENEFÍCIOS .....	919
3.4.1.2. Aposentadoria por idade	862	7. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTA E SEUS BENEFÍCIOS .....	925
3.4.2. Aposentadoria dos policiais federais .....	863	8. DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	927
3.4.3. Servidores com efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde.....	866	9. DA INTERVENÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....	927
4. DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .....	869	10. DA PRESCRIÇÃO .....	931

11. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....	931	9. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	974
12. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	936	10. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	982
12.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	936		
12.2. Superior Tribunal do Trabalho (TST).....	936		
13. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	937		
14. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	953		
<b>CAPÍTULO 32</b>			
<b>O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....</b>	<b>957</b>		
1. INTRODUÇÃO.....	957		
2. AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .....	958		
2.1. As fundações de previdência complementar.....	958		
2.2. Integrantes do regime de previdência complementar .....	959		
2.3. Natureza jurídica e estrutura das entidades de previdência complementar.....	959		
3. DA ABRANGÊNCIA DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	961		
4. DO BENEFÍCIO ESPECIAL .....	964		
5. DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES FEDERAIS .....	967		
6. DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	968		
7. DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....	969		
7.1. Das contribuições do participante e do patrocinador .	969		
7.2. Das contribuições do servidor aos regimes próprio de previdência social e de previdência complementar .....	971		
8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....	972		
		<b>CAPÍTULO 33</b>	
		<b>O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O AUXÍLIO-INCLUSÃO</b>	<b>985</b>
		1. INTRODUÇÃO.....	985
		2. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	985
		2.1. Natureza jurídica do benefício .....	985
		2.2. Beneficiários do bpc-loas e os requisitos para sua concessão .....	986
		2.2.1. Dos beneficiários .....	986
		2.2.2. Da idade .....	986
		2.2.3. Da deficiência.....	986
		2.2.4. Da inscrição no CPF e no CadÚnico.....	988
		2.2.5. Da necessidade ou miserabilidade.....	988
		2.2.5.1. Discussão sobre o parâmetro renda.....	989
		2.2.5.2. Do cálculo da renda per capita familiar.....	991
		2.3. Da concessão do benefício assistencial.....	994
		2.4. Da suspensão e cessação do benefício .....	994
		2.5. Da revisão do benefício .....	997
		2.6. da acumulação com outro benefícios .....	997
		2.7. Quadro resumo – benefício de prestação continuada da assistência social – bpc-loas .....	998
		3. DO AUXÍLIO-INCLUSÃO .....	999
		3.1. Condições para o benefício.....	999
		3.2. Renda mensal .....	1000
		3.3. Cessação do auxílio-inclusão.....	1000
		3.4. Acumulação com outros benefícios .....	1001
		3.5. Quadro resumo – auxílio- inclusão.....	1001

4.	PENSÃO ESPECIAL PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZICA VÍRUS.....	1002
5.	SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1003
5.1.	Turma Nacional De Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) .....	1003
6.	LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	1004
10.	QUESTÕES DE CONCURSOS .....	1008

**CAPÍTULO 34**

<b>SEGURO-DESEMPREGO .....</b>	<b>1011</b>
1. INTRODUÇÃO .....	1011
2. CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DO SEGURO-DESEMPREGO .....	1012
2.1. Empregados .....	1012
2.2. Empregado cujo contrato de trabalho foi suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação oferecido pelo empregador, conforme art. 476-A da CLT – bolsa de qualificação profissional .....	1015
2.3. Pescador artesanal: seguro-defeso.....	1015
2.4. Trabalhador resgatado.....	1017
2.5. Empregado doméstico .....	1018
3. SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO .....	1019
4. OUTRAS QUESTÕES.....	1020
5. ABONO SALARIAL.....	1021
6. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1022
6.1. Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	1022
7. LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO CAPÍTULO..	1023

**CAPÍTULO 35**

<b>CRIMES PREVIDENCIÁRIOS .....</b>	<b>1031</b>
1. INTRODUÇÃO.....	1031
2. CRIMES EM ESPÉCIE.....	1031
2.1. Apropriação indébita previdenciária.....	1031
2.1.1. Extinção da punibilidade	1034
2.1.2. Perdão judicial.....	1036
2.1.3. Princípio da insignificância .....	1036
2.2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1038
2.2.1. Extinção da punibilidade	1039
2.2.2. Perdão judicial.....	1039
2.2.3. Causa de diminuição de pena.....	1040
2.2.4. Princípio da insignificância .....	1040
2.3. Falsificação de documento previdenciário.....	1041
2.4. Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	1042
2.5. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....	1043
2.6. Estelionato previdenciário.....	1044
3. SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1045
3.1. Supremo Tribunal Federal (STF)..	1045
3.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	1045
4. LEGISLAÇÃO APLICADA AO CAPÍTULO .....	1046
5. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	1049
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1053</b>